

DIVERSIDADE E EDUCAÇÃO DO CAMPO

Marleide Mateus de Jesus²

Arlete Ramos dos Santos³

RESUMO: O presente trabalho objetiva fazer reflexões sobre a diversidade e Educação do Campo. Apresenta um olhar crítico sobre os contextos que envolvem o ensino no campo, através das políticas públicas, do que preconiza a BNCC e ainda um olhar voltado para as práticas pedagógicas e a relação docente/discente. O interesse no tema acontece porque o saber mais profundamente no que consiste o ensino no campo no contexto da diversidade se faz cada vez mais necessário devido a gama de fatores que este tema envolve. Tema marcado por histórias de exclusões dos camponeses ao acesso à educação de qualidade e da luta dos sujeitos coletivos que protagonizaram ações sobre este direito universal. Para isso, foi feita uma pesquisa bibliográfica sobre a temática em autores a exemplo de Santos e Nunes (2020), Baraúna (2019), Lima (2013). Os autores que serviram de base direcionam a questão da educação do campo e a diversidade como duas realidades inerentes à formação integral do ser humano.

Palavras-chave: Diversidade. Educação do Campo. Ensino

Introdução

Docentes no dia a dia de sala de aula se veem inseridos a diferentes situações, oriundas dos discentes. Estes têm suas histórias, suas culturas e necessidades específicas, que devem ser respeitadas a partir de seus grupos identitários culturais, muitas vezes com hábitos e regionalismos distintos.

¹Eixo 12–Inclusão Social e Educação

²Especialista em Gestão Escolar, Supervisão e Orientação (UNIASSELVI); Psicopedagoga: Especialista em Educação, Cultura e Diversidade (UNIASSELVI); Especialista em Educação do Campo (UNIASSELVI). Aluna Especial de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação da UESB na disciplina Educação, Movimentos Sociais, Trabalho e Formação Humana. E-mail: marleidenegra@hotmail.com .

³Profª Titular da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia no Departamento de Ciências Humanas, Educação e Linguagem – DCHEL; Docente do Programa de Pós Graduação em Educação - PPGEd/UESB e do PPGE/UESC; Doutorado em Educação FAE/UFMG; Pós-doutorado Movimentos sociais e Educação pela UNESP; Coordenadora do Grupo de Estudos Movimentos Sociais, Diversidade e Educação do Campo e Cidade – GEPEMDECC. E-mail: arlerp@hotmail.com

Nesse ensejo, surge a necessidade, em meio a muitas outras, de se refletir sobre a Educação do Campo na contextualização da diversidade. É importantese concretizar o ensino no campo com suas específicas necessidades. Essas especificidadesprecisam fazer parte do currículo o qual deve estar pautado nas características locais com saberes peculiares.

Com foco na formação e Educação do Campo, a primeira ação relevante dentro das políticaseducacionais é implementarprogramas para erradicar ou diminuir o índice de analfabetismo, que na sua maioria se caracterizou no contexto nacional através de campanhas de alfabetização por todo o país e que se faz presente na atual conjuntura. São propostas que objetivavam tornar realidade a inclusão ao mundo sistematizado da leitura e da escrita para as pessoas do campo, evitando a exclusão,independentemente da condição a qual estão inseridos.

É preciso que determinados desafios, no contexto da Educação do Campo, sigam o percurso proposto pelo respeito à diversidade e transforme também essa parcela das minorias sociais em agentes políticos críticos, usando a palavra para transformar determinadas realidades (MÉSZÁROS, 2008).

Importância da proposta curricular para a educação no campo

As práticas educativas desenvolvidas no campoprecisam ser refletidas, devem ser considerados em uma visão crítica e emancipadora. É importante que haja ruptura com as ações fragmentadas no processo de formação educacional dos indivíduos que vivem no meio rural. A atualidade exige que a educação seja universal, pensando no coletivo, dando voz aos sujeitos através de sua formação integral.

Nesse contexto, de acordo com Caldart (2020, p. 98, apud SANTOS e NUNES), a Educação do Campo está marcada por três momentos diferentes.

[...] o primeiro, negatividade – denúncia, resistência, luta contra, não aceitamos mais que os povos do campo sejam subalternizados, tratados como inferiores, fadados à miséria; segundo, positividade – com práticas e propostas concretas; e o terceiro, superação – projeto, utopia, projetar na perspectiva de transformação social.

Nesse caso, o contexto educacional necessita estabelecer articulação entre a teoria e a prática bem como entre o conhecimento científico e o saber popular, através de práticas interdisciplinares e contextualizadas as quais darão ao aluno do campo a oportunidade de ser



protagonistas ao produzirem conhecimento. As práticas educativas, através do currículo, nesse meio, também devem ser pensadas, considerando a diversidade do público em questão.

Para que haja a transformação social, tendo como suporte a educação, é indispensável um currículo respaldado pela articulação dos saberes diversos socioculturais nascidos no seio dos grupos sociais do campo. Por isso, é viável uma proposta curricular que agregue outras linguagens, outros sonhos, outros valores negados e silenciados pelas práticas educativas autoritárias e conservadoras que não reconhecem a diversidade (LIMA, 2013).

Defender um currículo capaz de criar novas possibilidades que levem à reflexão sobre as diversidades culturais inerentes ao campo, dando oportunidade aos alunos de se reconhecerem enquanto diferenças, estabelecendo trocas culturais enriquecedoras para o processo de ensino aprendizagem. Para Souza (2005), uma mudança no currículo contribui para que alunos possam se reconhecer melhor enquanto ser diferente. Além disso, ampliarão o respeito quanto os direitos de seus, rompendo com os preconceitos e as discriminações existentes.

Nesse sentido, o processo de encontro das diferenças e das trocas culturais no contexto da diversidade é essencial para a construção das práticas educativas no campo. A base teórica-metodológica educacional no campo deve, como em qualquer contexto, corroborar com os fundamentos da solidariedade, fraternidade, respeito e cooperação entre os indivíduos (LIMA, 2013).

Vale destacar ainda, nesse bojo, a origem da Educação do Campo que teve como impulso o objetivo de interrogar as razões estruturais históricas da sociedade no Brasil. Nessa busca destacou-se a questão da desigualdade que envolve a educação de qualidade, além dos fatores econômicos, das políticas excludentes e da prática tecnocrática e patrimonialista responsáveis pelas políticas públicas (CORDEIRO, 2010).

As ações no meio educacional, através de reuniões e estudos com os movimentos sociais foram determinantes para a realização de seminários, simpósios voltados para a Educação do Campo. Foi nesses momentos que houve embates, negociações entre a sociedade civil e política quanto aos fatores geradores de contradições históricas. Contradições materializadas na disparidade entre o Estado e o poder no que diz respeito à sociedade. A distância existente entre governos e os movimentos sociais em nome de uma ideologia formal e positivista, impediu os avanços da reforma agrária e a efetividade dos direitos sociais (LIMA, 2013).

Assim, o entendimento e a prática educativa no campo foram responsáveis pelas experiências coletivas que propunham o respeito também à diversidade na educação no meio rural. Muito se conseguiu através, por exemplo, dos cursos superiores para os que foram beneficiados pela reforma agrária e pela agricultura familiar. É mister que ao criarem os referidos cursos outros debates surgiram.

A criação desses cursos tem instigado a sociedade civil, desde a ideologia capitalista, e o Ministério Público Federal, em alguns casos, a inserir no Poder Judiciário a discussão sobre igualdade e direito social à educação, no contexto da reforma agrária. Não é possível avaliar os impactos, porém é possível dizer que instâncias do Poder Judiciário têm sido favoráveis à efetivação do direito à educação, em nome da igualdade fática e, portanto, da superação da desigualdade social, com intuito de potencializar as formas de superação da desigualdade social, em especial nos assentamentos (SOUZA, 2012, p.15).

Percebe-se que a Educação do Campo pede reflexão porque gera debates de com diferentes proporções, sendo a mais importante hoje a de se implementar uma política educacional que atenda aos anseios do estudante do campo. Essa transformação se volta mais uma vez para um currículo coerente com os interesses dessa parcela da sociedade. É necessário que esse currículo seja o canal para a construção do coletivo, superando as desigualdades (LIMA, 2013).

É preciso entender que a Educação do Campo é marcada por identidades e culturas muito particulares e isso pede maior esforço quanto a tudo que envolve o contexto educacional. Para Souza (2012), não é mais possível disfarçar as diferenças, a diversidade, é importante fazer se concretizar as políticas públicas.

As políticas públicas, BNCC: algumas considerações

Ao se fazer reflexão sobre a diversidade e a Educação do Campo, é preciso observar o papel que devem representar as políticas públicas, uma vez que estão integradas a uma ação eminentemente política, a qual interfere de maneira específica, nas tomadas de decisões em temáticas dos interesses da unidade coletiva e social. Nesse bojo, Guareschi, Comunello, Nardini & Hoenischi, (2004), corroboram que as políticas públicas têm como objetivo os atos na coletividade, tendo como metas garantia dos direitos sociais das pessoas.

Para Kadlubitski e Junqueira (2009), as políticas públicas são meios de proteção social.

As políticas públicas referem-se a ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, em princípio, para a redistribuição dos

benefícios sociais visando à diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico (KADLUBITSKI E JUNQUEIRA, 2009, p. 9).

Ao tomar conhecimento da definição dada às políticas públicas, é importante indagar-se essas possibilitam as pessoas inseridas no contexto do campo a oportunidade de se libertar da “concepção tendenciosamente estreita da educação e da vida intelectual” que segundo Mészáros (2008), deixa o proletariado sem possibilidade de mudança. No contexto diverso de cada um, isso terá efeito em menor ou maior grau.

Assim, as políticas públicas voltadas para a Educação do Campo devem estar pautadas nas ações e reações dos sujeitos envolvidos no contexto diverso que cada um representa, tendo em vista a transformação social. É preciso que as leis permitam metodologias, práticas pedagógicas de acordo com o universo do público do campo. Nas ações inseridas no contexto curricular, a aprendizagem deve estar voltada para técnicas de plantio, de tratamento, de colheitas, por exemplo.

Dessa forma, as leis a exemplo do Decreto nº 8.752, de 09 de maio de 2016 o qual se refere à elaboração de formação continuada para os professores da Educação do Campo, facilitam a boa qualificação das pessoas. Segundo o decreto, metas e objetivos nesse contexto devem se organizar em torno “de ações didáticas e pedagógicas consonantes com a realidade camponesa” (LENARTOVICZ, 2017). Quando se reporta para a formação do ser humano e os diversos desafios da Educação do Campo atual, que parte de uma situação de extrema negatividade, permanece o afastamento entre o que se diz e o que se faz da nossa educação.

Outra referência importante no contexto das lutas em prol da Educação do Campo são as Resoluções CNE/CEB nº 1/2002, CNE/CEB nº 2/2008, o Parecer CNE/CEB nº 4/2010. Este reconheceu a Educação do Campo como uma modalidade específica, definindo a identidade da escola do campo. Ainda o Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010, referindo-se à Política Nacional de Educação do Campo e ainda o Pronex e a Portaria nº 86 de 1º de fevereiro de 2013, responsável pelo PRONACAMPO (SANTOS; NUNES, 2020).

Todas essas iniciativas cooperaram, mesmo que de forma tímida, para que aos poucos haja o entendimento quanto à importância de se abandonar as exigências de uma educação comum para atender à população diversificada. A necessidade de contínuo desenvolvimento das iniciativas positivas no âmbito educacional, de promover as transformações na Educação do Campo devem ser prioridade do aspecto legal. Devem levar em consideração o indivíduo do campo, dentro de suas especificidades à liberdade real. “O papel da educação, orientado pela

única perspectiva efetivamente viável de ir para além do capital, é absolutamente crucial para esse propósito” (MÉSZÁROS, 2008, p.72).

Para Molina (2010) a Educação do Campo está pautada na tríade Campo – Política Pública – Educação. E ainda é preciso ressaltar, no entender da autora, que os princípios dessas pessoas devem ser sempre respeitados, conforme as particularidades.

Diante do apresentado anteriormente, torna-se necessário o uso de políticas públicas com propostas educativas caracterizadas e influenciadas pelo meio em que está instalada, oferecendo uma educação de qualidade para esta população camponesa. É nessa perspectiva que a educação no campo foi pensada na II Conferência Nacional por uma Educação do Campo em 2004. Na ocasião, a temática “Educação do Campo: direito nosso, dever do Estado”, destacando o direito à educação dos trabalhadores rurais. Essa discussão foi responsável por reflexões acerca da necessidade cada vez maior das políticas já implementadas. (SCHWENDLER, 2017).

Outra reflexão pertinente que é preciso se fazer é referente à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), mesmo esta não destacando as especificidades da educação no campo, visto que o destaque dado ao documento é para as competências e habilidades. A incompatibilidade se dá, por exemplo, quanto à questão da área do conhecimento da BNCC e da Educação do Campo a qual é apresentada de forma diferenciada entre os componentes curriculares da área do conhecimento e também a obrigatoriedade do ensino da língua estrangeira inglesa sem opção entre outros idiomas, mesmo diante da diversidade cultural presente no Brasil (PINHEIRO, 2019).

Para Branco, Branco, Iwasse e Zanatta (2018), meios educacionais e estudiosos entendem que mesmo com toda propaganda a favor da BNCC feita por órgãos governamentais o engajamento com a educação e com o respeito à diversidade, os quais necessitariam ser prioridade, estão em segundo plano, dando lugar aos objetivos particulares que envolvem as relações de poder, conchavos partidários, negociadores da educação, sindicatos, às vezes, corporativistas e instituições capitalistas.

O fato é que a BNCC diverge da Educação do Campo, porque a concepção é totalmente capitalista. A Base é fruto de ações vigentes que controlam as políticas neoliberais, ligadas às políticas de avaliação. Não valoriza em sua proposta as diferenças, muito menos os saberes (BRANCO, 2017). É um retrocesso, se considerarmos as lutas dos movimentos sociais. O documento precisa ser refletido, pois pode causar impacto negativo quanto à Educação do

Campo.

O conhecimento docente e discente

Trabalhar com alunos do campo de forma pertinente é importante uma vez que este estabelece relação com acontecimentos sociais, culturais e pessoais. Propicia, assim, firmeza em ambientes hostis, além de preparar o indivíduo para debater temas sociais (PINHEIRO, 2019). As práticas pedagógicas, por exemplo, independentes do conteúdo que deve ser trabalhado em sala de aula, são certificados como instrumento viável no apoio ao professor e aos alunos.

Como recurso pedagógico, são transportados até a sala de aula, através de vários mecanismos cotidianos, dois deles são os saberes particulares e os saberes coletivos que permitem a interação. Ainda no entender de Pinheiro (2019), respeitar a diversidade na sala de aula é uma forma de exprimir-se e, ao mesmo tempo, interagir com o outro.

Por esse motivo, uma questão para o educador é considerar a sociedade em sua contemporaneidade a qual se vê cercada de muitos saberes, com a troca de informações feitas através de experiências particulares cada vez mais eficientes. Nessa perspectiva, nota-se a importância das atribuições necessárias ao profissional de educação, que estão relacionadas à criatividade, para que seja capaz de trabalhar o fazer pedagógico nas mais diversas maneiras possíveis em seu campo de trabalho (BARAÚNA, 2009).

Nesse contexto, cabe ao docente ter conhecimento para fazer uma ponte entre o conteúdo a ser trabalhado e foco a ser dado dentro do contexto da Educação do Campo. Não basta fingir que está trabalhando respeitando as particularidades dos alunos do campo. É preciso ir além. Isso significa dominar o assunto que estiver lecionando; basear seu trabalho na ética, na humanidade, além de estar atento às modificações na sociedade a fim de adequar o ensino às diversidades presentes em sala de aula (BAPTISTA, 2003).

No entanto, vale ressaltar que cada discente, conforme seu meio social, possui sua forma particular de interagir com os colegas e com o professor. Esse fator ao mesmo tempo que exige um pouco mais do educador, sobressai como aliado para o estudante, pois decorre em um grupo de valores próprios, valorizando as competências das duas partes envolvidas no contexto de sala de aula (BARAÚNA, 2019).

No contexto pedagógico do ensino no campo, a relação e o saber envolvendo o conhecimento docente e discente, no conteúdo restrito curricular, as atitudes e valores compreendidos no dia a dia em sala de aula e, os exemplos de seus professores é que permanecem.

O docente criativo, de espírito transformador, está sempre buscando novas práticas e um dos caminhos para tal fim seria dinamizar as atividades desenvolvidas em sala de aula. Uma alternativa para a dinamização seria a variação das técnicas de ensino utilizadas, outra seria a introdução de inovações das técnicas amplamente conhecidas e empregadas (LOPES, 1991, p. 35).

Cada docente leva consigo a responsabilidade de contribuir de maneira positiva para a formação de seus alunos. Por isso, é importante usar a criatividade a fim de tornar as aulas mais atraentes e eficazes. Nesse contexto, faz-se necessário trabalhar os conteúdos em sua integralidade. Isso será possível a partir do momento em que as práticas cotidianas de forma fragmentada deixarem de existir de maneira descontextualizadas (BARAÚNA, 2019).

Em meio às reflexões quanto à situação dos estudantes do campo é preciso se fazer questionamentos sobre as práticas pedagógicas aplicadas por muito tempo sem considerar a realidade camponesa. Fica evidente que algo não está funcionando como deveria. Faz-se necessário reavaliar todo o percurso das práticas existentes, uma vez que o docente e o discente estão inseridos em um meio no qual há situações adversas. Todavia, o que se deve considerar, principalmente, é que o aluno é sempre o principal prejudicado. Não que o professor também não seja prejudicado. Mas o estudante ainda está procurando um lugar definitivo na sociedade (AMANCIO, 2017).

Por esse motivo, no entender de Baraúna (2019), escola e o professor não devem deixar de fazer sua parte. É fundamental que aos discentes seja concedida a oportunidade de se tornarem protagonistas de suas próprias histórias. É preciso que a sala de aula e a unidade escolar incumbam-se, de fato, da função de formar e empoderar cidadãos, enquanto herdeiros de uma herança cultural de todos e, conseqüentemente, possam interferir na sociedade, com coerência e dinamicidade. O que não pode é continuar formando indivíduos apáticos, sem o mínimo de motivação (SOUZA, 2018).

Considerações finais

Diversos são os desafios no meio do processo que envolve a diversidade e a Educação

do Campo. Muitas conquistas foram alcançadas quanto às políticas públicas e em práticas que estão em andamento, no entanto, não se pode deixar de refletir sobre as condições do aluno do campo. É preciso que haja outras e novas possibilidades de estudar no campo com dignidade. No entanto, faz-se uma ressalva que diversidade e educação desejada também é problema no campo.

Os espaços físicos educacionais não são apenas locais de ensinar, é o alicerce da organização da comunidade local, é espaço de efetivação das políticas públicas educacionais, da representação efetiva de garantia dos direitos do cidadão. Assim, ponderar sobre a diversidade e a educação no campo compreende reconhecer as diferenças, respeitando-as, aceitando-as e efetivando-as nas lutas, no centro do processo educativo. Isso implica romper com preconceitos, desfazendo-se de percepções formadas sem reflexão, que muitas vezes são oriundas da falta de contato com a realidade do outro.

É preciso muita luta ainda para que as escolas do campo sejam um lugar de construção do sujeito ativo dentro de sua particularidade, valorizando seus saberes. Aprendendo a construir, no seu cotidiano, uma educação popular num espaço popular, um espaço que transforma o ser dentro desta sociedade excludente, que se efetiva cada vez mais através da participação social

REFERÊNCIAS

AMÂNCIO, Márcia Helena. **As batalhas de Anísio Teixeira**: análise do contexto de influência do I Plano Nacional de Educação. 2017. 203 f. Tese (doutorado em Educação) — Faculdade de Educação da Universidade de Brasília.

BRANCO, E. P.; BRANCO, A.B. G; IWASSE, L. F. A; ZANATTA, S. C. **Uma visão crítica sobre a implantação da Base Nacional Comum Curricular em consonância com a reforma do ensino médio**. Universidade Federal de Alagoas – UFAL Centro de Educação – CEDU. Programa de Pós-graduação em Educação – PPGED, Vol. 10 | N°. 21 | Maio/Ago. | 2018

Disponível em <<https://anec.org.br/wp-content/uploads/2020/04/5087-20168-2-PB.pdf>>. Acesso em: 06/06/21.

BRANCO, E. P. **A implantação da BNCC no contexto das políticas neoliberais**. Universidade Estadual do Paraná. Paranavaí 2017. Disponível em <http://www.unespar.edu.br:8081/PPIFOR/menu-principal/dissertacoes/turma-4/a-implantacao-da-bncc-no-contexto-das-politicas-neoliberais>. Acesso em: 06/06/21.

BRASIL, MEC, **Base Nacional Comum Curricular** – BNCC, versão aprovada pelo CNE, novembro de 2017

BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão** - SECADI. Educação do Campo: marcos normativos/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – Brasília: SECADI, 2012.

CORDEIRO, Georgina Kalifeet al. **Educação do Campo e Desenvolvimento: reflexões referenciadas nos artigos do II Encontro Nacional de Pesquisa em Educação do Campo**. IN: MOLINA, Mônica Castagna. (Org.) Educação do Campo e Pesquisa II: Questões para Reflexão. Brasília: MDA/MEC, 2010. Disponível em: <<https://www.epsjv.fiocruz.br/upload/d/Vendramini.pdf>>. Acesso em: 12/04/2021.

LENARTOVICZ, Lucas Emanuel. **Políticas públicas da educação do campo**: contribuições e dilemas. IV Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetividade e Educação-SIRSSE. Disponível em https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/24714_12070.pdf. Acesso em: 13/04/2021.

LIMA, Elmo de Souza. **Educação do campo, currículo e diversidades culturais**. ESPAÇO DO CURRÍCULO, v.6, n.3, p.608-619, Setembro a Dezembro de 2013. Disponível em: <[file:///C:/Users/Badih/Downloads/18998-Texto%20do%20artigo%20\(Sem%20identifica%C3%A7%C3%A3o\)-35011-1-10-20140416.pdf](file:///C:/Users/Badih/Downloads/18998-Texto%20do%20artigo%20(Sem%20identifica%C3%A7%C3%A3o)-35011-1-10-20140416.pdf)>. Acesso em: 10/04/2021.

LOPES, Antônia Osimaet al. **Técnicas de ensino: aula expositiva**: superando o tradicional. Campinas: Papyrus, 1991.

MÉSZÁROS, Istvan. A Educação para além do capital. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2008. Disponível em: <<http://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/livros-e-colecoes/livros-diversos/a-educacao-para-alem-do-capital-istvan-meszaros.pdf/view>>. Acesso em: 10/04/2021.

MOLINA, C, M. JESUS, M, S, A, J, de. **Contribuições do PRONERA à Educação do Campo no Brasil Reflexões a partir da tríade**: Campo – Política Pública – Educação. In: SANTOS, Clarice Aparecida; MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sônia Meire dos santos de (org.). **Memória e História do PRONERA**: Contribuições do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária para a Educação do Campo no Brasil. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010.

PINHEIRO. Josiane CollaSouza. **A educação do campo e a base nacional comum curricular**: limites e desafios. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso Interdisciplinar em Educação do Campo, Ciências Sociais e Humanas – Licenciatura da Universidade Federal da Fronteira Sul. 2019. Disponível em: <<https://rd.uffs.edu.br/bitstream/prefix/3785/1/PINHEIRO.pdf>>. Acesso em: 12/04/2021.

SANTOS, Arlete Ramos dos; NUNES, Cláudio Pinto. **Reflexões sobre Políticas Públicas Educacionais para o Campo no contexto brasileiro.** Editora Edufba: Salvador – Ba.

2020.ISBN: 978-65-5630-035-1, 229p. Disponível em:

<<file:///C:/Users/Badih/Downloads/Reflexoes%20sobre%20politicas%20publicas-repositorio-.pdf>>. Acesso em: 12/04/2021.

SCHWENDLER, Sonia Fatima. **Políticas Públicas da Educação do Campo na Atualidade: avanços e contradições.** In: SILVA, J. O; SAPELLI, M. L. S (org). Uma face da hidra capitalista: Crítica às políticas para a classe trabalhadora. Curitiba: Editora Prismas, 2017.

SOUZA, Ivânia Paula Freitas de. **A gestão do currículo escolar para o desenvolvimento humano e sustentável no Semi-árido brasileiro.** São Paulo: Periópolis, 2005.

SOUZA, Maria Antônia de. **Educação do campo, desigualdades sociais e educacionais.** Educ. Soc., Campinas, v. 33, n. 120, p. 745-763, jul.-set. 2012. Disponível em:<<https://www.scielo.br/pdf/es/v33n120/06.pdf>>. Acesso em: 12/04/2021.

KADLUBITSKI, L.; JUNQUEIRA, S. **Diversidade cultural e políticas públicas educacionais Educação.** Revista do Centro de Educação, vol. 34, núm. 1, enero-abril, 2009, pp. 179-193. Universidade Federal de Santa Maria Santa Maria, RS, Brasil. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=117112634012>. Acesso em 06/06/21.